

**PROJETO DE LEI Nº 2.648 DE 2015**  
**(Supremo Tribunal Federal)**

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

**EMENDA Nº**

Acresça-se o parágrafo 4º ao artigo 17 da Lei 11.416/2006:

Art. 17. ....

§ 4º A gratificação de que trata este artigo é devida, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico mensal, aos servidores que, sob designação do Presidente do órgão ou da autoridade delegada, atuem em órgão ou unidade de pesquisa e análise de informação para subsidiar a atuação institucional dos membros do Poder Judiciário da União.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa equiparar o Plano de gratificação dos servidores do Ministério Público com o do Poder Judiciário.

É sabido que, em 25/8/2015, o Senado Federal aprovou substitutivo ao Projeto de Lei, cujo teor altera a Carreira dos Servidores do Ministério Público, no qual foi incluída a Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, no montante de 25%, destinadas aos servidores que atuem em órgão ou unidade de pesquisa e análise de informação para subsidiar a atuação institucional dos membros.

Com o objetivo de garantir a equidade de remuneração entre os servidores que realizam tarefas análogas, apresento esta emenda.

Sala da Comissão, em            de setembro de 2015.

Deputado **IZALCI**